

06 DEZ 1990

Artifício da Comissão de Orçamento “eleva” projeção de receita da União

por Flora Holzman
de Brasília

A Comissão Mista de Orçamento extrapolou a competência do Legislativo e, aproveitando a ausência dos parlamentares mais combativos aprovou na madrugada de ontem, uma revisão das estimativas de receitas elaboradas pelo Executivo no contexto do Projeto de Lei Orçamentária para 1991. O artifício “aumenta” a arrecadação da União em Cr\$ 752 bilhões de forma a permitir o atendimento de emendas parlamentares e ainda destinar mais recursos para a amortização da dívida mobiliária interna.

“Estão aprovando fumaça e isso vai trazer problemas na execução do orçamento por parte do Tesouro”, alertou o deputado paulista José Serra (PSDB) ao tomar conhecimento da manobra embutida no relatório setorial relativo à Receita e à Reserva de Contingência elaborado pelo deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), aprovado aos 40 minutos de ontem.

Serra aponta pelos menos dois problemas que poderão resultar em grande polêmica quando o orçamento chegar a plenário. Em primeiro lugar, afirmou Serra, não cabe ao Congresso alterar estimativas de receitas pois isto é prerrogativa do Executivo. Além do mais, denuncia o parlamentar, não há nenhuma indicação de que,



José Serra

em um período recessivo, o IOF que incide sobre as operações de curto prazo, por exemplo, possa apresentar um crescimento de 50% sobre as estimativas anteriores.

Sob a ótica de Serra o artifício utilizado é também inconstitucional.

Na realidade, esta não é a primeira nem a última polêmica em torno do projeto de Lei Orçamentária que tramita no Congresso. Na reunião de ontem, por exemplo, os trabalhos foram novamente prejudicados pela polêmica em torno do relatório sobre o orçamento da seguridade social. Também neste caso os parlamentares preferem atender suas emendas a resolver o problema do déficit em potencial do orçamento da seguridade.

A questão do déficit foi

levantada pelo deputado Aécio Neves (PMDB-MG) com o respaldo do senador Almir Gabriel (PSDB-PA), mas não contou com o apoio dos demais parlamentares presentes.

Mostrando-se irritado com mais este problema o presidente da comissão, deputado Cid Carvalho, (PMDB-CE) argumentou que era preciso aprovar rapidamente o orçamento e não ficar discutindo. O relator do setor, deputado Eraldo Tinoco, (PFL-BA) foi ainda mais longe e dei-

xou claro que a questão do déficit da seguridade só poderia ser resolvida “se os parlamentares estivessem dispostos a abrir mão de suas emendas” em favor da Previdência.

Na realidade as dificuldades encontradas para aprovação do orçamento neste ano são exatamente as mesmas que no ano passado, quando o Congresso aprovou os relatórios a toque de caixa sem condições de verificar o conteúdo das propostas ou sua justiça política.